

Quando o Negócio Acaba Mal

POLÍTICA DE ESTADO E VIOLÊNCIA DAS DROGAS

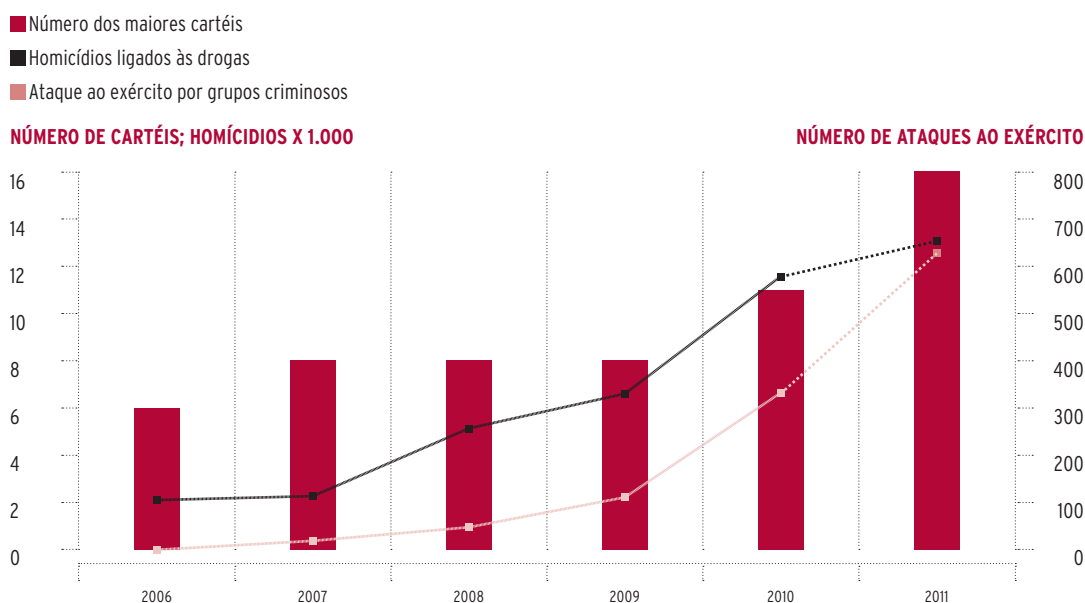
Desde que o presidente Felipe Calderón convocou o exército para travar uma guerra geral contra os cartéis da droga do México em dezembro de 2006, mais de 47.000 vidas foram perdidas num turbilhão de violência. Embora as severas medidas do Governo tenham fragmentado os cartéis em pequenas organizações, muitos grupos dissidentes têm-se mostrado quase tão violentos quanto seus antecessores. Na verdade, a violência dos cartéis cresceu em intensidade, letalidade e ousadia desde a repressão, com a incidência mais alta de todos os tempos de ataques feitos pelos cartéis às tropas do exército (veja gráfico 2.5). Além da espiral da violência dentro do país, a fragmentação dos cartéis mexicanos ameaça agora alterar as dinâmicas do cenário do comércio de drogas em El Salvador, Guatemala e Honduras.

No México a violência dos cartéis cresceu em intensidade, letalidade e ousadia desde a repressão de 2006.

O Rio de Janeiro apresenta uma outra faceta do cenário da violência das drogas. Nesta cidade, onde as organizações do narcotráfico, com base de comando nas prisões, mantiveram o controle territorial sobre as favelas por mais de duas décadas, as forças de segurança pública iniciaram um novo programa de “Pacificação” em 2008 para recuperar e ocupar as favelas com forças policiais conhecidas como UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) atuantes a longo prazo e orientadas para a comunidade. Em contraste com abordagens anteriores no Rio de Janeiro e em outros lugares da América Latina, o programa dá prioridade às organizações mais violentas e não tem por objetivo erradicar o comércio ilegal de drogas, mas reduzir violência mais grave ligada às drogas e restabelecer a autoridade do Estado.

O termo “violência das drogas” pode evocar uma variedade de imagens e contextos – de agressões interpessoais por dependentes e guerras territoriais entre traficantes de rua e locais de vendas até confrontos militarizados entre as organizações poderosas e fortemente armadas. Embora a América Latina não esteja com certeza livre do consumo de drogas e dos tipos de violência ligadas às drogas, são os episódios de lutas internas extremas entre grandes e poderosas organizações do narcotráfico e, às vezes, o alto grau de violência contra o próprio Estado, que evoca as comparações com uma guerra civil. A América Latina é também única no sentido de que a produção e o tráfico (para atender aos mercados dos Estados Unidos, Europa e outros lugares abastados) com frequência ultrapassam o consumo e o comércio como as mais importantes entre as atividades econômicas ligadas às drogas.

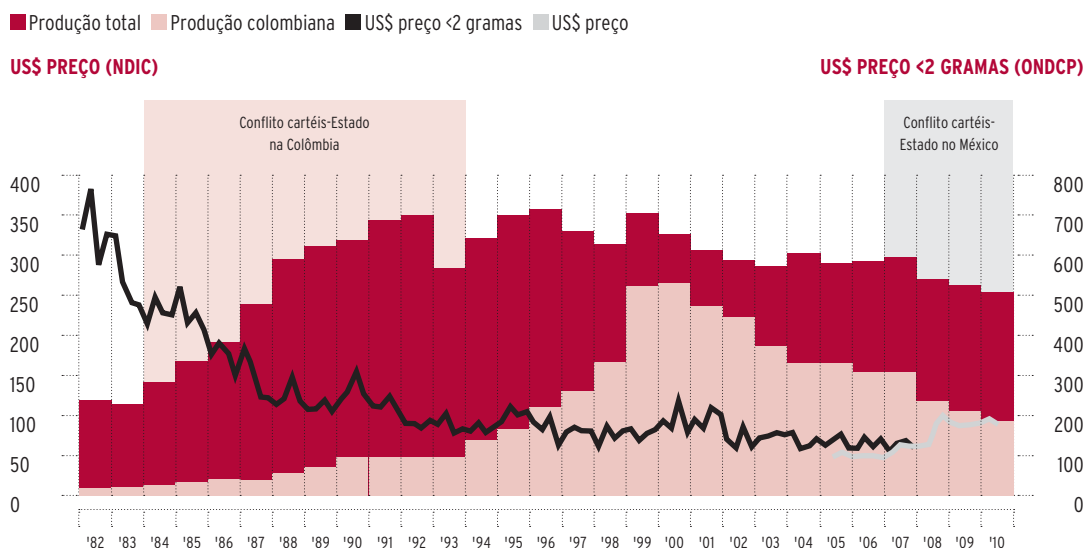
Gráfico 2.5 **Fragmentação dos cartéis e da violência ligada às drogas, 2006 - 2011**



Nota: Os gráficos de 2011 para homicídios e ataques representam estimativas recentes baseadas em dados de janeiro a junho.

Fontes: Reforma, dados citados em Ríos e Shirk (2011); Guerrero-Gutiérrez (2011, p. 45); Aranda (2011)

Gráfico 2.1 O mercado de cocaína versus períodos de conflitos cartéis-Estado, 1982 - 2010



Notas: Os valores de produção para 1982 - 1985 e 2010 são estimativas. O Escritório Nacional de Política de Controle de Drogas dos Estados Unidos - ONDCP (Fries et al., 2008) produziu por um longo tempo séries de dados sobre o preço em dólar por grama pura para a compra nos Estados Unidos, em várias categorias de peso; o < 2 gramas apreende a típica compra a varejo. Dados mais recentes estão disponíveis apenas pelo NDIC (2009; 2010; 2011), que não está dividido por peso.

Fontes: NDIC (2009; 2010; 2011); ODCCP (1999; 2000a; 2000b); UNODC (2003, 2010); Fries et al. (2008)

Neste contexto é muito importante reconhecer que o Estado desempenha um papel-chave na definição das regras do jogo. O estado legal do consumo, venda e tráfico de drogas, as políticas oficiais no que diz respeito à condenação, ao controle e à extração, a estrutura institucional, a capacidade policial e de outras forças estatais e decisões operacionais como as de “onde e quando” aplicar forças repressivas, tudo isto influencia de maneira fundamental os incentivos e em último caso, a ação dos traficantes de drogas.

Este capítulo analisa as recentes tendências e explicações teóricas sobre a violência das drogas na América Latina, focalizando a violência armada entre atores organizados – em especial os cartéis e as organizações com base de comando em prisões – e forças policiais estatais no México, no Triângulo Norte da América Central e no Brasil. Ele conclui que os aspectos econômicos do mercado de drogas – a oferta, a procura e o preço – parecem menos relacionados com a deflagração da violência cartéis-Estado do que com as mudanças das políticas estatais (veja gráfico 2.1)

Os aspectos econômicos do mercado de drogas parecem estar menos relacionados com a deflagração da violência cartéis-Estado do que com as mudanças das políticas estatais.

Apesar de os dados quantitativos serem escassos, os estudos de caso examinados neste capítulo deixam claro quais são os desafios, efeitos e as consequências indesejadas em potencial dos esforços estatais para conter e reduzir a violência das organizações ligadas às drogas na América Latina. No México, as sanções severas do presidente Calderón em 2006, idealizadas para atingirem de maneira brutal os cartéis como um todo, parecem ter, em vez disso, provocado uma rápida explosão de violência. Os efeitos da fragmentação dos cartéis estão sendo sentidos por todo o país e na América Central. Seis anos de um conflito brutal e desgastante com dezenas de milhares de vítimas, a abordagem de resposta-geral pode estar dando lugar para um foco mais ajustado aos cartéis mexicanos mais mortais. Mesmo alterações mais acentuadas na política são prováveis se, como muitos prevêem, o PRI recuperar a presidência nas eleições de 2012.

Por outro lado, a abordagem do Rio de Janeiro de resposta-proporcional, com prioridades para a redução da violência e da presença armada de traficantes mais do que para a erradicação do comércio de drogas em si, parece ter levado traficantes a adotarem menos as estratégias de confrontação. A abordagem de pacificação tem permitido ao Estado recuperar, depois de 20 anos, o controle sobre algumas das maiores favelas do Rio de Janeiro, com frequência, sem o disparo de um tiro. Mas ainda não está claro, se isso irá se traduzir numa redução dos índices criminais em geral, ou se as redes criminosas simplesmente se deslocaram. A manutenção do controle é também uma proposta a longo prazo, complexa e cara e tem a ver tanto com a prestação estatal de serviço quanto com a prevenção da violência. Resta ainda ver se as autoridades estaduais e federais estão preparadas para manter esta proposta. Até agora a mudança na abordagem parece ter alterado fundamentalmente a lógica do conflito facções-Estado que está em vigor há décadas. Como tal, merece ser examinado minuciosamente para uma melhor avaliação de sua efetividade e uma possível aplicação em outros locais. ■